

Créditos de curto prazo aliviam País

“O bom senso prevaleceu”. Assim se expressou, ontem à noite, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao informar que todos os bancos, — “todos” — renovaram as linhas de crédito de curto prazo, as comerciais e no interbancário, que venceriam ontem, por um prazo que variou de 30 a 180 dias. A renovação, destacou, prevalecerá a partir de amanhã, pois sempre, a cada data do vencimento, os bancos renovam as linhas de crédito dois dias depois.

Segundo Dilson Funaro, os bancos demonstraram compreensão para com a situação brasileira, entendendo que a decisão oficial de suspender o pagamento dos juros, a partir do dia 20 de fevereiro, não representou nenhum confronto. A partir de agora, para o ministro, está aberta a possibilidade concreta de negociação com os credores internacionais de um programa econômico de quatro anos que preserve, neste período, a capacidade de crescimento do País. “Os bancos”, ressaltou, “compreenderam a defesa feita pelo Governo brasileiro em favor de um programa que garanta o crescimento econômico”.

A próxima etapa da negociação da dívida deverá começar no início da próxima semana, em Washington, para onde viaja o ministro na segunda-feira, com o objetivo de participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional. Antes, nesta quinta-feira, Funaro vai expor aos parlamentares constituintes o programa econômico que levará aos credores e que prevê, para 1987, uma inflação de 200 por cento.

O ministro refutou o argumento de que a renovação dos créditos de curto prazo se tornou factível depois que o Banco Central encaminhou ao comitê de negociação da dívida externa um telex em que informa ter o Governo adotado medidas recessivas, de desaquecimento da economia. Não é isso, disse Funaro, ao relatar o telex. Segundo ele, o texto encaminhado aos credores, na semana passada, informa que o Governo adotou medidas para reduzir a demanda global que estava excitada, em duas oportunidades, em julho e novembro do ano passado, sem, entretanto, maiores empecilhos ao processo de crescimento, do qual o Governo não abre mão.

MORATÓRIA

O ministro ficou satisfeito com a decisão do PMDB de sair em defesa da suspensão do pagamento dos juros a partir do último 20 de fevereiro. Trata-se de uma tese — a da moratória — disse, que foi sempre defendida pelo partido. Ele concordou com a necessidade de o partido popularizar o assunto, porque entende que o canal de comunicação entre o Governo e a sociedade não foi ainda totalmente restabelecido após os 20 anos de regime autoritário.

Quanto à defesa feita por parlamentares do PMDB em favor de uma moratória de cinco anos, acompanhada de uma investigação minuciosa sobre a origem verdadeira da dívida externa, defendida ontem pelo deputado Irajá Rodrigues, PMDB (RS), Funaro nada respondeu, limitando-se a dar um sorriso.